

Rebeldias Negras na Capitania de Goiás do Século XVIII

Lisandro Braga

Muito se tem escrito sobre a escravidão, mas pouco ou quase nada é salientado sobre o papel do escravo no processo histórico e coletivo de luta de classes que veio a provocar o desgaste social, econômico e psicológico da classe senhorial e, até mesmo, do sistema escravista. Contrariando determinadas visões da história, com seus enfoques tradicionais e eruditos que visam apresentar um esquema sem projeções das contradições estruturais da realidade, apresentaremos o escravo como ser ativo e coletivo no processo histórico, reagindo a todo instante e através de várias formas a todo tipo de exploração que o sistema escravista lhe proporcionou.

Vários estudiosos ao falar da escravidão e do próprio escravo, tiveram como objetivo justificar a escravidão, e não analisar a realidade de acordo como ela realmente aconteceu. Assim, foram criados vários mitos, como o da “democracia racial”, da benevolência e patriarcalismo do senhor e da adaptação do escravo ao sistema. Ora, falar de democracia racial no Brasil colonial é afirmar que todas as raças possuíam o mesmo valor, mas bem outra foi a verdade, pois o negro era visto pela classe senhorial como uma mercadoria isenta de vontade própria e isto já é suficiente para afirmar que a escravidão baseava-se sim na violência e não em algum tipo de democracia racial e patriarcalismo senhorial. Democracia e escravidão são termos que não se interagem. A violência da escravidão está presente no seu próprio termo: escravidão.

Falar em adaptação do escravo ao sistema escravista é, para nós, tentar amenizar as práticas cruéis cometidas pelo sistema escravista. Nenhum ser humano seja ele, branco, negro ou indígena nunca se adaptou a escravidão, pois ser humano é lutar pela liberdade. Ao falar de adaptação do escravo ao sistema escravista, devemos deixar claro que alguns escravos utilizaram da “adaptação” como meio para garantir sua própria sobrevivência, pois “precisaram conduzir-se como todos os seres humanos em circunstâncias extremamente desfavoráveis adaptar-se para tentar sobreviver” (GORENDER, 1990, 34).

Em todas as partes do Brasil e do mundo em que existiu escravidão, houve, também, lutas pela libertação e isso pode ser facilmente constatado pela história das sociedades humanas, basta possuir uma análise crítica.

Supondo que houvesse existido uma democracia racial no Brasil, como explicar os intensos grupos de rebelados e os quilombos em uma sociedade que se diz racialmente democrática? Os quilombos foram frutos da insatisfação do negro com o sistema escravista, e isso nos leva a sugerir que tal democracia não atingiu a raça negra e que não houve nada de suave na relação senhor e escravo, pois “[...] os atos de rebeldia declarada e aberta são como o vapor que escapa ruidosamente da máquina; há que tomá-lo como um índice da pressão existente no seu interior” (REIS, apud MOURA, 1987, p. 77).

A forma mais comum de resistência negra à escravidão foi a fuga e a formação de quilombos. Os negros rebelavam-se não apenas quando recebiam maus tratos, mas,

principalmente, contra sua própria condição de escravo, pois “o próprio do ser humano é a liberdade e não a escravidão” (PINSKY, 1991, P.54).

Além das fugas e da formação de quilombos, várias outras formas coexistiram. O desejo de liberdade era o sentimento predominante na vida do escravo. Mas quando esses se deixam abater pelo desespero chegando a perder, até mesmo, o desejo de viver, são “infectados” por uma profunda tristeza que chegam a morrer de melancolia (banzo). Tal atitude, também, consiste em um ato de resistência. O pavor à escravidão levou vários escravos a cometerem o suicídio e o assassinato de seus companheiros de senzala. Tudo isso para escapar da escravidão.

Várias mulheres cometeram o aborto e o infanticídio, pois viam nessas atitudes uma forma de prejudicar seu senhor e de evitar a reprodução da escravidão, visto que no Brasil todo filho de escravo (a) era também propriedade do seu senhor, ou seja, escravo. Assassinatos, também, eram cometidos pelos escravos contra seus senhores, revelando, assim, a mais extrema e violenta forma de resistência à escravidão. Existiram casos em que os escravos mataram seus senhores e familiares e passaram a viver na grande fazenda independentemente.

Os africanos criaram, no Brasil, uma luta (capoeira) que tinha por objetivo servir como ferramenta de resistência ao sistema escravista. Mas, a mesma foi camuflada em dança com o intuito de ocultá-la dos senhores, pois, provavelmente, esses não aceitariam a prática de uma luta, visto que, se o escravo possui um inimigo, com certeza esse é o seu senhor. Aceitar a prática da capoeira representaria o mesmo que criar o inimigo “no fundo do quintal”.

Incessantemente os escravos impuseram resistência ao cativo através de revoltas, insurreições e rebeliões que representaram mais do que nunca, atos de dignidade humana. Negar a participação dos escravos no processo contraditório de lutas de classes existente em todo o sistema escravista é aceitar o mito da índole “pacífica” do brasileiro, que tem como objetivo tornar ilegítima qualquer manifestação dos explorados contra o atual estado de coisas, sob a alegação de que tal atitude não pertence à tradição do povo brasileiro. Pois, “a apresentação de um esquema interpretativo sem a projeção das contradições estruturais da realidade significa cair-se em uma visão organicista em que tudo se ajusta porque essas contradições, nos seus diversos níveis, são descartadas para estabelecer-se a harmonia do modelo metodológico”. (MOURA, 1987, p.07)

O escravo não foi um elemento passivo como apresenta a historiografia oficial, que tem como único objetivo vender essa imagem, simplesmente, para tentar justificar o passado escravista, pois aceitar a adequação do escravo à escravidão significaria apagar a violência que tal sistema social manteve por mais de trezentos anos. Segundo Pinsky, “dentro desse tortuoso raciocínio, teríamos apenas, mantido o negro em sua condição natural. Claro, pois sua adequação ao trabalho era algo natural para ele.” (1991, p.54)

As lutas e as fugas dos escravos consistiram em importantíssima ferramenta de desgaste econômico e psicológico da classe senhorial, já que a perda de um escravo representava a perda do capital investido no mesmo e a perda do fomento de capital que poderia ser proporcionado pela exploração de seu trabalho. O desgaste psicológico se

dava porque os senhores viviam sob o medo constante de um dia serem justicados pelos seus cativos, e isso demonstra a consciência dos senhores em relação à crueldade do sistema que era mantido pelos mesmos, e da provável resistência que o negro um dia irá impor, pois nenhum ser humano, independente de cor, crença e tradição, suportaria por tanto tempo tal condição.

O escravo que queria se ver livre da escravidão, primeiramente, tinha que negá-la, pois, justamente, no abandono do trabalho é que ele teria condições de dinamizar suas atitudes de resistência ao sistema. A forma mais comum de resistência à escravidão, a menos expressa e a que acompanhou o escravo por toda a sua vida, foi a de dedicar o mínimo possível ao trabalho, interrompendo as tarefas, fazendo “corpo mole”. Pois, “assim, protegia, mesmo inconscientemente, sua vida biológica.” (MAESTRI, 1994, p. 87)

De acordo com Gilka Salles, a formação de quilombos em Goiás, provavelmente, tenha se iniciado em 1727 quando um bando ameaçava punir com açoites os africanos que oferecessem alguma gratificação para quem lhes fornecessem abrigo durante a fuga e não lhes denunciassem. No entanto, Mary Karasch acha pouco provável que a década de 1720 marcasse o início do quilombismo em Goiás, pois “os escravos indígenas já fugiam no século XVII, e nós acreditamos que africanos fugidos do Maranhão, Bahia e Pernambuco percorreram a rota do sertão com destino ao norte e nordeste de Goiás”. (1996, p. 240)

Grande parte dos quilombos em Goiás data-se no século XVIII, existindo alguns poucos no século XIX. As fugas praticadas pelos negros, em Goiás, se davam, até mesmo, por uma certa facilidade existente na região. Tal facilidade consiste no reduzido número de feitores encarregados de vigiar os escravos nas lavras mais distantes. Os negros que conseguiam escapar da escravidão através das fugas, geralmente continuavam a garimpar, pois objetivava encontrar um rico veio aurífero e com isso garantir a compra de sua alforria. Provavelmente esses escravos trocavam o ouro adquirido por mercadorias nas quais necessitavam em seus esconderijos, tais como, metal, armas, pólvora, munição, cachaça, roupas e alimentos. Os quilombolas mantinham relações com as classes sociais marginalizadas, o que nos faz pensar que, talvez, contrabandeavam o ouro com tais classes.

A própria localização geográfica de Goiás, afastada dos grandes centros administrativos coloniais, permitia, de forma bastante satisfatória, a ação dos negros rebeldes e insatisfeitos com a escravidão. A grande quantidade de quilombos formados em Goiás consiste em uma prova de tal facilidade. Os negros souberam aproveitar bem essa realidade. Goiás vivia à “sombra dos quilombos”. A formação natural do território goiano consistiu, para os quilombolas, em verdadeiros esconderijos. Segundo Karasch, “a capitania de Goiás deve ser considerada entre as melhores para esse fim pela inacessibilidade de seus esconderijos naturais. A capitania possuía ecossistemas do mesmo tipo que protegia escravos fugidos em todas as Américas”. (1996, p.244)

A maioria dos quilombos da Capitania de Goiás era de número reduzido, em relação à quantidade de refugiados, e formados por grupos transitórios devido ao perigo de serem descobertos por expedições de caça aos quilombolas e por ações dos capitães-

do-mato. Geralmente, quando os quilombolas descobriam ouro negociavam o retorno para seus proprietários e compravam dele suas alforrias. O ouro estimulava os escravos a fugirem com o objetivo de comprarem suas alforrias.

Grande parte dos quilombos existentes na Capitania de Goiás eram formados por homens. Isso se explica pela diferença de atividades praticadas pelos homens e pelas mulheres, pois, “enquanto as mulheres e crianças eram vigiadas de perto nas casas dos colonos e as mulheres eram forçadas a viver com senhores como concubinas e domésticas, ou a cultivar alimentos nas fazendas, os homens eram levados a campos isolados de mineração”. (Ibidem, p. 244)

A violência física presente na escravidão, castigo, torturas, falta de alimentação e saúde, consistiu em um grande motivo que obrigou o negro a se rebelar e cometer fugas. Na segunda metade do século XVIII, vários funcionários da coroa portuguesa acusavam os proprietários de escravos de cometerem, em exagero, maus tratos contra os cativos. A violência praticada nas minas contra os escravos aumentava de acordo com o aumento da produção e reduzia, também, de acordo com a retração da produção aurífera, o que nos faz sugerir que a violência também é uma categoria econômica. Mas apenas a violência não explica as fugas, pois, em verdade, o negro como ser humano que era fugia da escravidão em si.

As primeiras revoltas escravas ocorridas na Capitania de Goiás, provavelmente, ocorreram em virtude da Lei Seca imposta pelo governo do Conde de Sarzedas. Tal lei proibia a fabricação e a circulação de aguardente na Capitania e visava, também, evitar o relaxamento do trabalhador escravo, já que eram os escravos grandes consumidores desse produto, pois o efeito do álcool ajudava a amenizar o sofrimento causado pela escravidão. O escravo trabalhava sob o efeito constante da cachaça.

Anúncios de jornais do século XIX demonstram que várias foram as fugas praticadas pelos negros em Goiás. A Matutina Meiapontense de 28 de abril de 1832, trazia em uma de suas páginas o seguinte: A José da Costa de Carvalho fugio hum escravo de nome José, crioulo, estatura ordinária, cheio de corpo, cara redonda, pinta de branco assim na barba, como na cabeça, com o nariz, e beiços feridos de bobas; orelhas grossas da mesma moléstia: com hum grande calo de ferida na perna direita, de idade de 40 para 50 anos mais ou menos. O anunciante promete dar 12\$000 rs. a quem o pegar, e trazer, e se for fora da Província dará 30\$000.

A história da escravidão negra no Brasil foi marcada pela violência, mas não só pela violência senhorial, mas, também, pela violência praticada pelo escravo contra o branco dominador. O negro fazia do desejo de liberdade e do ódio à sua situação sinônimo de destruição e assassinato, já que foram registrados vários casos de assassinatos de senhores, praticados pelos seus próprios escravos. Gilka Salles relatou em seu livro *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás* que “crimes também são observados, como o que se deu em 1751, na lavra de Guarinhos, próxima a Pillar. José de Almeida Lara, seu proprietário foi assassinado com centenas de facadas por um bando de escravos. Cortaram-lhe a cabeça e os membros, em furioso ato de vingança” (1992, p. 290).

A intensidade das fugas e a formação de quilombos foram acompanhadas pelas

intensas expedições de caça humana promovidas pela coroa portuguesa. Os quilombos, desde suas primeiras formações, sempre foram perseguidos, invadidos e destruídos, pois constituía em uma ameaça real à toda estrutura do sistema escravista, além de representar um estímulo para a fuga de outros escravos.

A constituição de um quilombo era realizada de forma bastante apressada e sua duração era curta, sendo destruídos por capitães-do-mato e pelos ataques ferozes dos indígenas que muitas vezes tinha o escravo como um inimigo invasor.

Entretanto, houve quilombos que resistiram intensamente aos ataques implementados pelas forças repressivas da metrópole e preservaram sua autonomia por décadas, como foi o caso do quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, entre o Estado de Alagoas e Pernambuco, que durou aproximadamente sessenta e cinco anos, chegando a derrotar duas expedições militares comandadas pelo exército metropolitano.

Da mesma forma que o ecossistema goiano facilitava e protegia os quilombolas, também os ameaçavam, pois eram enormes as dificuldades de penetrar pelas matas e cerrados. Em épocas de chuvas essas dificuldades aumentavam ainda mais, já que formavam enormes alagadiços que possibilitavam a praga de mosquitos. A malária consistiu em uma verdadeira ameaça aos quilombolas. Portanto, “onde quer que encontrassem refúgio também tinham de enfrentar ‘uma infinidade de insetos’, tais como abelhas pretas, borrachudos, carrapatos, pernilongos e bichos-do-pé, que atormentavam os frequentadores dos rios, matas e cerrados de Goiás. Onças e cobras venenosas também representavam perigos especiais.” (KARASCH, 1996, p.253)

A ação humana representou a principal ameaça para as comunidades quilombolas. Os capitães-do-mato tornaram-se verdadeiros profissionais preparados para perseguir e destruir, juntamente com alguns bandeirantes, os quilombos espalhados pela Capitania e devolver os negros à escravidão.

Além das dificuldades materiais enfrentadas pelos negros, havia uma dificuldade ainda maior, que era a de formar uma consciência de classe que chegasse a formular uma proposta de ação revolucionária e transformadora da sociedade existente. Tal dificuldade se dava pelo fato de existirem dentro de um mesmo grupo de escravos, diferentes etnias, religiões e línguas. Isso acabava por contribuir para aprofundar separações, estranhamentos e hostilidades entre os escravos.

Várias foram as formas de resistência do negro contra o sistema escravista. Apesar dos vários obstáculos e das dificuldades enfrentadas pelos negros, o desejo de liberdade falava mais forte e o impulsionava a tomar atitudes de negação à estrutura vigente. Como afirma Clóvis Moura, em relação ao escravo frente à crueldade da escravidão: “Por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelo menos totalmente, a sua interioridade humana. E isto era suficiente para que, ao querer negar-se como escravo, criasse movimentos e atitudes de negação ao sistema”. (1987, p. 08)

Se não se pode falar de uma real vitória e superação atingida pelas rebeldias escravas, pois na maioria dos casos as tentativas de formar quilombos terminavam em tragédias, não se pode esquecer, no entanto, que elas foram responsáveis pela desestruturação e desgaste do sistema escravista e pelo surgimento das idéias

abolicionistas do século XVIII e XIX.

A violência da escravidão variou em diversos níveis e graus, mas esteve presente em todo transcurso da história do escravismo brasileiro, para identificar isso, basta que não nos deixemos ser envolvidos por determinadas visões da história, com seus enfoques tradicionais e eruditos que visam apresentar um esquema sem projeções das contradições da dinâmica social da realidade.

Independente dos resultados finais das rebeldias negras, elas foram suficientes para demonstrarem historicamente o desejo de liberdade que acompanhou o negro em todos os momentos de sua existência. Em Goiás assim como em outros estados brasileiros, os negros praticaram diversas fugas e formaram várias comunidades independentes do sistema escravista dominante, denominadas quilombos. Inclusive, tais fugas foram responsáveis pelo surgimento de pequenas comunidades rurais negras existentes, até hoje, no território goiano.

Resumo: Em todas as partes do Brasil e do mundo em que existiu escravidão, houve, também, lutas pela libertação e isso pode ser facilmente constatado pela história das sociedades humanas, basta possuir uma análise crítica. Nesse artigo, pretendemos analisar as resistências negras ocorridas na Capitania de Goiás no século XVIII, pois aqui, assim como em outros estados brasileiros, os negros praticaram intensamente a fuga e formaram várias comunidades, independentes do sistema escravista, denominadas quilombos. Inclusive, tais fugas foram responsáveis pelo surgimento de pequenas comunidades rurais negras – remanescentes de quilombos - existentes, até hoje, no território goiano.

Referências Bibliográficas:

- A MATUTINA MEYAPONTENSE. Meia Ponte, 1830 -1834. Semanal.
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. *Negros de Cedro*. São Paulo: Ática, 1983.
- FREITAS, M. CEZAR. *Historiografia brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- KARASCH, Mary. *Os quilombos do ouro na capitania de Goiás*. In: REIS, J. J. & GOMES, F. (Orgs.). *Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LARA, Sílvia. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MAESTRI, Márcio. *O Escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.
- MATTOSO, Kátia. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: brasiliense, 1982.
- MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: brasiliense, 1981.
- NEVES, Maria de Fátima. *Documentos sobre a Escravidão*. São Paulo: Contexto, 1996.
- PALACIN, Luís. *História de Goiás*. Goiânia: editora da UCG, 1994.
- PINSKY, Jaime. *A Escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- POLONIAL, Juscelino. *Terra do Anhanguera*. Goiânia: Kelps, 1997.
- REIS, J. J. e GOMES, F. (ORG.). *Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- REIS, J. J. e SILVA, E. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SALLES, Gilka. *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- SANTOS, J. Rufino. *O que é racismo*. São Paulo; brasiliense, 1998.
- SILVA, Martiniano. *Sombra dos Quilombos*. Goiânia: Barão de Itararé, 1974.

Lisandro Braga

Historiador e Especialista em Ciência Política
pela UEG –Universidade Estadual de Goiás.